

ATA DA 095ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Scherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Mauricio Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência cumprimenta, em nome da Assembleia Legislativa, os alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Estadual Salete Scotti dos Santos, do município de Içara.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa que representa o povo catarinense.

Passaremos às Breves comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, minha saudação muito

especial aos alunos do Colégio Estadual Salete Scotti dos Santos.

Quero, inicialmente, saudar os três conselheiros que hoje tomam posse no Conselho da Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Santa Catarina - Agesc -, os srs. Osmar Eduardo Santos, Jamil Marcelo Schmidt e Antônio Rubens de Almeida.

A Agência Reguladora dos Serviços Públicos de Santa Catarina tem a finalidade primordial de exigir, fiscalizar, monitorar e acompanhar os serviços públicos prestados à sociedade. Temos um tripé importante: a sociedade que precisa dos serviços públicos, o governo que poderia estar executando aquele serviço, mas neste caso delega, então, a inúmeras empresas privadas a execução de determinados serviços, por exemplo, o fornecimento de gás.

O gás é fornecido por uma empresa e não dá para colocar várias empresas para prestar atendimento como se faz com lojas que vendem televisão, geladeira, arroz, feijão porque não precisa de uma estrutura fixa, permanente para fazer isso, mas para vender o gás, especialmente o encanado, como é a tendência agora, é preciso fazer licitação para conceder para alguma empresa. Mas quem vai de fato fiscalizar é o governo, e quem faz o controle para garantir uma boa qualidade de serviço para a sociedade é justamente essa empresa, que fará a regulação para que o cidadão tenha um bom serviço na distribuição do gás, como é o serviço da concessão das empresas de ônibus, de telefonia, de energia elétrica.

Imaginem a energia elétrica deixando a concorrência, a relação exclusiva entre o consumidor e o fornecedor. Como não existe possibilidade de fazer a concorrência livre, justamente pela infraestrutura que necessária, é importante a existência da agência reguladora, o seu controle.

Foi criada, se não me falha a memória, em 2007, essa agência reguladora, era um projeto de algum tempo. Aliás, tive a honra de ser o primeiro presidente, e na época começou o seu financiamento, faltava ainda implantar o conselho

que daria apoio, que auxiliaria nas decisões dessa agência.

Então, esses três conselheiros foram, seguramente, convocados pelo governo na intenção de que a Agesc cumprisse de fato a sua função, qual seja, a de regular a execução de todos os serviços públicos prestados por empresas privadas, por concessionárias que têm como finalidade principal garantir à sociedade um serviço de boa qualidade e também com preços módicos, com preços que sejam coerentes com as despesas.

Quero cumprimentar também o prefeito Rodrigo Preis, de Rio do Campo, e em seu nome saudar todos os prefeitos de rio Taió, compreendendo os municípios de Pouso Redondo, Taió, Rio do Campo e Santa Terezinha.

Na quinta-feira passada, havia uma comissão de deputados desta Casa, representados especialmente pelo deputado Aldo Schneider, líder do governo; pelo deputado Jailson Lima, que é uma liderança de todo o estado, principalmente do alto vale, e pelo deputado Antônio Aguiar, expressiva e grande liderança do planalto norte de Santa Catarina. E eu estava lá justamente pelo apreço que já recebi em inúmeras ocasiões nessa região.

Essa audiência pública de quinta-feira, convocada pelos deputados desta Casa, contou com a presença de praticamente todos os prefeitos, ou seja, de Pouso Redondo, Santa Terezinha, Taió, Rio do Campo, Monte Castelo, Papanduva, Itaiópolis e Canoinhas. Estavam lá prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, empresários em busca de algo muito óbvio, mas que é necessário acontecer.

Hoje, a ligação entre o planalto norte e o alto vale do Itajaí, duas importantes regiões para Santa Catarina... O planalto norte, uma região em franca ascensão na área agroindustrial e em diversos setores, precisa interagir mais com o estado de Santa Catarina. Porque até agora interage muito mais facilmente com Curitiba e com cidades do Paraná, pela sua proximidade, mas tem que interagir também com o mercado consumidor, justamente o alto vale do rio Itajaí.

E a comunicação, hoje, por estradas razoavelmente boas é feita através da BR-470, que faz a intersecção na BR-116, na região de São Cristóvão do Sul, Curitiba. E de lá, então, indo em direção ao norte, faria a comunicação com as cidades do planalto norte, a começar por Timbó Grande, Monte Castelo, Canoinhas, enfim, todas as cidades do planalto norte, através da BR-416.

Mas é importante, então, o asfaltamento de uma rodovia que já existe, e a estrada é de chão batido, que é a rodovia estadual que vai a Santa Terezinha - e de lá vai para um bairro chamado Rio das Antas, e de Rio das Antas vai a Colônia Ruthes onde há a intersecção com o rio Itajaí - e lá vai uma ponte importante. E de lá vai para Moema, e de Moema vai para Itaiópolis.

Essa é a melhor ligação do alto vale com a região serrana e, além de encurtar a distância, ainda faz a intercomunicação com diversos municípios como: Itaiópolis, Santa Terezinha, Doutor Pedrinho, Benedito Novo, enfim, todas aquelas cidades que passam próximas àquela rodovia.

Estavam presentes, então, além de deputados, prefeitos, vice-prefeitos, empresários. Enfim, uma multidão, mais de 600 pessoas estavam lá manifestando apoio.

E justamente colocávamos que o governo do estado vai investir mais de R\$ 11 bilhões oriundos de diversas fontes, mas todas decorrentes de uma grande capacidade de planejamento que o governo de Raimundo Colombo teve e tem. E graças a esse planejamento, buscou recursos para fazer os investimentos nas áreas de educação, segurança, saúde e infraestrutura.

Então, é natural e obrigatório que esse recurso chegue a todas as regiões. Especialmente, a regiões que estão economicamente deprimidas, como o vale do rio Taió, que abrange Taió, Campos Novos e Santa Terezinha. Uma região bonita e de um grande potencial humano e de produção agroindustrial, que, no entanto, tem dificuldades no escoamento dos seus produtos.

Tenho certeza de que essa rodovia vai ser boa para eles e todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares.

Fizeram uma coligação aqui o deputado Edison Andrino com o deputado sargento Amauri Soares. Trocaram o horário.

Com a palavra o deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO -Sr. presidente, nobres srs. deputados, trago a esta Casa um assunto que, provavelmente, vai mexer com quase todo o litoral de Santa Catarina, para não dizer o litoral brasileiro.

O governo federal tem uma facilidade para arrumar encrencas que vocês não acreditam. Esta Casa sabe que me envolvo muito nessas questões de terrenos de Marinha. Recentemente, tive a oportunidade de fazer aqui uma audiência pública onde foi discutido um projeto de lei do governo federal que mexe na estrutura de receita de terrenos de Marinha no Brasil inteiro.

Terrenos de Marinha, para que os estudantes aqui saibam, são os terrenos que se localizam na beira do mar - lagos, lagoas e rios, que sofrem influências de maré. Esses terrenos são da União e quem os ocupa paga uma taxa de ocupação. Ou seja, paga uma espécie de aluguel para o governo.

Mas, deputado Dirceu Dresch, um assunto que provavelmente 95% dos brasileiros e quem tem trapiches, marinas, decks dentro da água desconhece é uma portaria do governo federal de n. 0404/2012, publicada no dia 28 de dezembro 2012.

Dessa portaria, vou ler o art. I.

(Passa a ler.)

"[...] estabelece normas e procedimentos para instrução de processos visando à asserção de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço devido a título de retribuição à União."[sic]

Resumindo, essa portaria permite, deputado Sargento Amauri Soares, requerer a construção de um trapiche na beira da sua casa, na beira de um lago, lagoa, rio, e não é só no litoral catarinense, mas no interior do estado também, em todo o Brasil.

Tudo bem! É uma portaria que tem um sentido importante, porque permite que você faça uma nova marina, faça um trapiche, faça um *deck*. O mais complicado é você fazer isso, porque as regras aqui estabelecidas, sr. presidente, são de uma exigência tamanha que é quase impossível você legalizar um trapiche dessa natureza.

Agora, o mais sério dessa portaria, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que circula muito na região de Porto Belo, Bombas, Bombinhas e Piçarras... Tive a oportunidade de encontrar v.exa. na audiência pública da Pesca, em Balneário Camboriú...

Eu chamaria a atenção para o art. 17 dessa portaria. É aí que está o problema.

(Passa a ler.)

"As estruturas náuticas irregulares existentes, ou instalação, terão prazo até 31 de dezembro de 2013 para regularizar a sua situação."

Então, todos os trapiches, todos os *decks* dos pescadores na beira dos rios, os restaurantes da Costa da Lagoa, do Rio da Barra, de Balneário Camboriú, de Joinville, têm prazo até 31 de dezembro de 2013, daqui a dois meses, para regularizar a sua situação. Se não regularizar, fica ilegal e vão ser demolidos.

Mesmo porque isso é um prato cheio para o Ministério Público Federal. Se a prefeitura não tomar providências, o SPU, o Ministério Público, baseado nesta portaria, vai mandar demolir todos os trapiches porque, pode até parecer exagero meu, 90% dos trapiches são irregulares, uma vez que não existia nenhuma norma que regularizasse essas construções.

Isso é um problema muito sério para todos os que moram na beira da praia, ou casas particulares, ou restaurantes, ou marinas, ou

pescadores, que têm a sua estrutura do lado da sua casa. E o prazo encerra daqui a dois meses.

Então, o que nós estamos propondo? Ontem eu acabei mantendo um contato com o senador Luiz Henrique para poder, quem sabe, fazer uma audiência pública aqui em Santa Catarina, com o Ministério do Planejamento, junto com o SPU, os prefeitos dos balneários, porque isso aí, queira ou não queira, deputado Padre Pedro Baldissera, vai acabar na mão dos prefeitos. São os prefeitos que vão ser procurados pelos moradores.

No rio de Camboriú existem centenas de trapiches, todos eles vão ficar irregulares, mesmo porque se você quiser regularizar agora, com as exigências que essa portaria traz, é um absurdo! A burocracia que eles exigem para regularizar um trapiche desses é inviável. É inviável!

Então, nós fizemos a solicitação dessa audiência pública, mas o senador Luiz Henrique sugeriu que marcássemos uma audiência com a ministra do Planejamento antes de fazermos esta audiência pública. E é isso que pretendemos fazer.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Gostaria de parabenizar v.exa., deputado Edison Andrino, pela preocupação com essas questões. Parabenizo também pela condução da audiência pública com as colônias de pescadores de todo litoral norte, realizada na Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú, e parabéns pela iniciativa de buscar um encaminhamento.

Acho que essa audiência com a ministra é importantíssima para resolver, porque vamos chegar ao limite do período, e a grande maioria dos moradores, da população, nem está sabendo dessa portaria e acabará sendo surpreendida.

Então, parabéns pelo zelo e estamos incluídos neste trabalho para ajudar a solucionar este problema, mais um problema criado por pensadores de portaria, que não vivem, na verdade, a nossa realidade.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o aparte de v.exa.!

Quando tomei conhecimento dessa portaria, tive o entendimento de que ela permitia a regularização dos trapiches, só que eu não tinha lido, sr. presidente, que se você não regularizar dentro do prazo estabelecido, que era um ano, se você não regularizar esses trapiches, essas marinas, esses *decks* na beira do mar...

Então, é para todo o Brasil. Mas nós estamos aqui tratando desta questão em Santa Catarina. Claro que a solução não é para Santa Catarina, vai ser uma solução nacional, mas onde é que vão desaguar essas reclamações? Na prefeitura, na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa.

Antes de acontecer isso, vamos tentar conversar com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e quem sabe realizar uma audiência pública em Santa Catarina para que o povo, para que aqueles que ocupam esses terrenos na beira do mar, dos rios, dos lagos, tomem conhecimento dessa portaria.

E esta portaria do governo federal é publicada onde? No Diário Oficial da União. Quem lê o Diário Oficial da União? Isso não foi divulgado! Provavelmente muita gente, e gente esclarecida das marinas de Santa Catarina, não conhecem essa portaria.

Por isso é importante que antecipemos, e já estamos atrasados nesse processo porque o prazo de vigência dessa portaria expira dia 31/12/2013, ou seja, temos mais dois meses para tentar regularizar os trapiches. Provavelmente durante esse tempo é impossível tentar fazer com que o governo se sensibilize e prorogue o prazo de vigência para mais um ano.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera, que conduz esta sessão na tarde de hoje.

Quero aproveitar, deputado, para cumprimentar os alunos do curso de Agente de Desenvolvimento Cooperativista do Instituto Federal de Santa Catarina, do município de Otacílio Costa, representados pelo professor Valter Pereira.

Também quero cumprimentar o Luiz Carlos de Oliveira, presidente do Sindicato Rural de Otacílio Costa, o Mazinho da Silva, tesoureiro, e o Tibúrcio, ex-vice-prefeito de Otacílio Costa.

Esses 165 alunos estão se preparando para entender o cooperativismo, eles têm 160 horas para conhecer a importância do cooperativismo. Acho muito importante termos uma grade curricular/escolar sobre a importância do cooperativismo.

Quero agradecer, deputado Padre Pedro Baldissera, e cumprimentar mais uma vez toda a turma de Otacílio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência também deseja a todos os estudantes, professores do Instituto Federal uma boa estada em nosso Parlamento. A presença de vocês engrandece sempre este Poder.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente! Cumprimento v.exa., os demais pares deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, servidores e servidoras deste Poder, quem nos acompanha nesta sessão de terça-feira aqui, pela TVAL e pela Rádio Digital.

Evidentemente, vou falar sobre o leilão da Petrobras, do Campo de Libra, realizado ontem pelo governo federal. E se o discurso da presidente convenceu muitos, a mim não. Foi um conjunto de argumentos que apresentaram números gigantescos. Para nós, deputado Moacir Sopelsa, que somos da roça, acostumados a fazer a safra inteira para ver

se no final do ano sobrava meio conto de réis, quando a presidente da República fala em muitos milhões, em bilhões de reais, evidentemente cria impacto.

No entanto, o Brasil no dia de ontem deixou de preservar para si e para os seus uma riqueza que poderia frutificar muito mais ao longo dos tempos. Já vêm pressionando, nas últimas semanas, os argumentos que têm sido usados pelos meios de comunicação, especialmente pela grande mídia. Eu peço atenção para o argumento que critica o governo do PT, o governo da Dilma, por ter colocado muita regra no leilão. Mas bota ser entreguista, direitista, reacionário em cima disso.

A presidente Dilma Rousseff está entregando, mas ainda não está bom, teria que entregar e pagar o frete, que era o que faziam no governo anterior, da última década. Entregavam o patrimônio público e ainda pagavam o frete para levar. Agora a Dilma só está entregando e talvez pagando um pouquinho do frete, só uma parte.

Então, tem essa gritaria repetindo argumentos, aliás, reacionários da pior espécie, mas com alguma erudição. Argumentos de 60 anos atrás, daqueles conservadores que diziam que o Brasil não tinha petróleo e que se tivesse não conseguiria explorar. Sim, quem era contra a criação da Petrobras dizia isso há 60 anos.

Eu ouvi argumento parecido na última semana de uma figura iluminada, Arnaldo Jabor. Iluminado, supassumo da erudição nacional que disse: "Nem foi a Petrobras que achou o pré-sal". Estava alguém passeando lá e acabou encontrando! E que "o brasileiro não sabe também como explorar, porque não é inteligente o suficiente, assim como são os americanos". E ele estava bravo porque os americanos não vieram para levar. Isso era brabeza, irritação do Arnaldo Jabor, porque os gringos, os americanos, aqueles imperialistas dos quais ele mais gosta, aliás, é apaixonado, não vieram para levar o petróleo do pré-sal. Vieram os chineses, os holandeses, alguns franceses, mas os

gringos, americanos do norte não vieram. Ele estava irritado por causa disso.

Com argumentos da mesma essência daqueles argumentos reacionários de 60 anos atrás que diziam que não tinha petróleo e que se tivesse o Brasil não conseguiria explorar. Tudo mentira! E precisa comprovação maior de que é mentira, de que o fato concreto é que a Petrobrás descobriu o pré-sal? A Petrobrás achou, foi lá e disse é aqui, cave aqui que tem. Cavou 11 vezes e nas 11 vezes veio petróleo. Está lá, é só buscar! E a presidente Dilma tentando nos convencer de que 80% dessa riqueza ficarão com o Brasil.

Não é verdade presidenta. Se for fazer a conta bem direitinha, é o contrário, 20% ficarão com o Brasil, porque o governo vai ter 41% do lucro, que se estima em torno de 45%. No cálculo da presidenta é como se a Petrobras fosse 100% estatal. Não é. É uma empresa no mercado de ações, e menos de metade das ações pertence à União, pertence ao estado brasileiro. Portanto, é ao contrário.

Mas vamos supor que seja 41% do lucro! Por que ceder 59% do lucro líquido para os outros, se pela lei é a Petrobras que pode explorar? Ora, se é uma reserva de 8 a 12 bilhões, como o governo divulga, um patrimônio nacional, porque pela Constituição nos pertence, é inalienável. Se quem vai explorar é a empresa Petrobras, embora mais da metade das ações já tenham ido para o capital internacionalizado, para monopólios de fora e daqui também, e se quem manda na Petrobras, em tese, deve ser o governo, o estado brasileiro, por que se precisa entregar o produto, o óleo pronto para os outros?

Se o estado é incompetente como alegam esses arautos da sabedoria, se o estado não deve cavar petróleo, por que a estatal chinesa quer? De fato os chineses não devem ser dos mais inteligentes, tanto que se tornaram a segunda maior economia do mundo nas últimas décadas.

Então, é preciso fazer o registro de que o Brasil não precisava ter leiloado o Campo de Libra. "Mas precisamos explorar, porque essa

dinheirama toda é para a saúde, a educação. E mesmo assim vai demorar cinco anos para começar, dez anos para estar no pico e 30 anos para terminar. O petróleo é nosso, deveria ser nosso, quem vai explorar é a Petrobras. Mas precisamos de investimentos internacionais!"

A Petrobras está entrando, de qualquer forma, com pelo menos um terço do investimento. Por que dividir? Por que entregar para os outros? Por que a pressa, se o Brasil já é autossuficiente em produção de petróleo? Por que desgastar rápido um patrimônio que é escasso em termos mundiais? Por que entregar para os chineses, franceses, holandeses um patrimônio que é escasso, se temos condições econômicas, humanas, tecnológicas de fazer esse trabalho? Que demore 20 anos a mais. Ao invés de esgotar e terminar em 30 anos, por que não ter o Campo de Libra ainda produzindo daqui a 50 ou 100 anos, mas sobre a soberania do povo brasileiro?

É privatização, sim, presidenta Dilma Rousseff. Não troque o nome das coisas porque no Brasil ainda há inteligência e patriotismo suficiente para entender que o que a presidenta fez foi privatizar um pedaço do Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra a deputado Silvio Dreveck, por oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada.

Deputado Sargento Amauri Soares, a quem tenho admiração e respeito, embora nem sempre haja convergência em alguns assuntos, é bom que haja pensamentos e ideias, como no caso da Petrobras. A Petrobras é uma empresa importante para o Brasil, mas hoje necessita de recursos de parceiros da iniciativa privada para a realização de algumas atividades. Que bom se a empresa tivesse todos os

recursos necessários, mas não é a realidade, como é o caso do gás no Brasil, que está num momento de estagnação pela falta de investimentos.

O gás é uma energia limpa e a Petrobras fez um grande esforço para trazê-lo da Bolívia, isso foi importante para o Brasil, e houve incentivo para sua utilização tanto na indústria como em outras atividades. Entretanto, acabou se limitando a explorar mais gás no Brasil pela falta de recursos da empresa, pois a Petrobras tem várias atividades. Ela domina 20 distribuidoras de gás e isso acaba limitando os investimentos, não há recursos suficientes para tudo isso.

Por outro lado, em Santa Catarina temos muitos pedidos de utilização do gás natural, mas a capacidade do gasoduto já está totalmente tomada, praticamente 100%, pelo gás existente. Teríamos que aumentar essa capacidade de vazão.

Quero crer que se esse modelo de partilhamento que foi feito, onde houve apenas um consórcio, fosse parecido com o que existia, certamente teríamos mais empresas e investimentos na exploração do Pré-Sal, que é uma riqueza do Brasil, reconheço, mas apenas terá utilidade para a sociedade brasileira se for extraída e transformada em produtos e subprodutos para utilização da população. E, em contrapartida, o quanto antes iniciar essa exploração e utilização, tanto antes teremos a participação desses recursos na saúde e educação.

Então, é importante que o Brasil amplie e realize novos leilões, com um modelo no qual tenhamos a maior participação, e maiores atrativos para grandes empresas com recursos para investir com tecnologia. E nesse caso, principalmente a França, que é um país muito avançado nessa tecnologia do Pré-Sal. Em que pese a China não ter tecnologia, mas tem um interesse muito grande também, até para o futuro do próprio país.

E não é diferente também na nossa matriz energética, é preciso dar mais celeridade às nossas hidrelétricas. O petróleo é uma fonte de energia importante, e está aí o Pré-Sal. A hidrelétrica produz uma energia limpa, renovável,

mas o Brasil tem grande dificuldade para dar andamento a projetos e a obras que já estão em construção, algumas de forma muito lenta por conta de problemas ambientais, pois no Brasil tudo é difícil, tudo não pode. Agora até para duplicar uma BR tem que contratar uma empresa para fazer captura de animais silvestres.

Mas é um exemplo que estou dando, deputado Reno Caramori, porque na questão energética não é diferente. O problema é que temos um potencial, uma capacidade enorme de produzir energia limpa renovável, mas, infelizmente estamos com várias hidrelétricas em estágio avançado de recuo, a exemplo da Belo Monte. A confiança dos grandes investidores brasileiros e estrangeiros fica abalada, porque eles não querem se arriscar a fazer empreendimentos tão importantes para o país, como é o caso da energia elétrica, através das hidrelétricas, porque podem aplicar o dinheiro e não ter retorno nem em médio ou longo prazo, por não saber quando vai iniciar ou terminar, pois a cada passo que se avança alguém diz que não pode, ora é um órgão ambiental, ora são as manifestações. No caso da Belo Monte é uma manifestação ideológica.

Na Belo Monte, com todo respeito, houve uma subdivisão de 14 aldeias, que se transformaram em 45, porque estão recebendo recursos, não do governo, mas do nosso povo que paga impostos. Eles se aliam a ONGs internacionais para dizer que a usina não pode continuar e paralisam por uma, duas semanas, depois volta a funcionar e depois paralisa novamente. Mas aqueles que estão lá recebendo o nosso dinheiro para fazer esses movimentos, estão com celular, falando inglês, andando de avião e impedindo o avanço e o desenvolvimento do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham no plenário da Assembleia Legislativa, quero dizer que concordo com as palavras do deputado Silvio Dreveck com relação à questão da exploração do pré-sal, das nossas riquezas, no sentido de que nada valem riquezas a 7.000m do fundo do mar para o cidadão brasileiro, para aquele que está numa emergência de um hospital, para aquele que está aguardando uma cirurgia, para aquele que precisa de um medicamento e não recebe nada, para aquele que quer uma educação de melhor qualidade para os seus filhos.

Precisamos, sim, mas não daqui a 30 anos, 50 anos, explorar agora essas riquezas, explorar as economias e transformá-las em benefício do nosso cidadão, da nossa população.

O cidadão não quer saber se há petróleo lá, quem é que está explorando. Claro que é importante que haja controle, e ninguém vai abrir mão disso, quanto ao atendimento de interesses escusos. Pelo menos é o que todos nós esperamos, o que todos querem fiscalizar e o que todos querem acompanhar.

Nós queremos educação com qualidade, hospital com qualidade, estradas com qualidade, segurança! Então, não adianta riqueza a 7.000m porque é nossa, porque somos patrióticos e o nosso cidadão, no dia a dia, com o seu filho numa emergência de um hospital sem receber atendimento. Temos que explorar, temos que buscar países e empresas que tenham esse *know-how* e transformar essa riqueza em bem-estar, em qualidade de vida ao cidadão brasileiro.

Então, entendo que quanto mais rápido encontrarmos esses recursos, mais temos que fazer. O governo federal já não aplica tudo que o devia, o que poderia na educação, na saúde, nas estradas. Por isso, não pode deixar de buscar parcerias, correndo o risco, se não o fizer, de tirar dinheiro da educação, da saúde. Isso, sim, é um absurdo, isso, sim, é uma calamidade. Então, temos que buscar parcerias.

Nós vivemos num mundo, numa economia globalizada, com fiscalização, com critérios e essa renda tem que servir ao nosso cidadão, à nossa população. Deixar a riqueza lá porque é nossa, porque temos atos de bravura, não é isso que o cidadão quer. Ele não quer bravura nenhuma, quer um hospital com qualidade, quer educação com qualidade, quer oportunidade de trabalho, melhores rodovias, comunicação, qualidade de vida. Nós queremos ver o nosso cidadão chegando à média de 80 anos, 90 anos, 100 anos com qualidade de vida.

Assim sendo, as riquezas que existem têm que ser exploradas. Temos que buscar, sim, um caminho para que, o mais rápido, essas riquezas, se existem, sejam transformadas em bem-estar para a nossa população, para o nosso cidadão.

Então, vejo que o governo federal, neste ponto, busca essa exploração e utilizou um processo transparente. Todos estão vendo o que está sendo feito e com essas empresas, que têm condições de investir sem que o brasileiro tire da saúde, que já é precária, da educação e dos transportes, pode sim, efetivamente, investir em benefício da nossa população.

Há um segundo registro que quero fazer. Gostaria de dizer que estive, hoje, visitando o meu amigo, o vereador Arcendino José Cerino, o Zunga, do município de Palhoça, um vereador ativo, trabalhador e muito próximo da população. Entre os vários assuntos que tratei com a sua equipe de gabinete, com o meu amigo Agnaldo que ajuda o nosso gabinete e o gabinete do vereador Zunga no município de Palhoça, foi abordado o assunto de que ele hoje ele está entrando com um documento com referência aos acessos do município de Palhoça à BR-101.

Em Balneário Camboriú ocorreu o mesmo e, por uma pressão da comunidade, foi possível evitar o pior: a Polícia Rodoviária Federal e o DNIT querendo deixar o município de Balneário Camboriú com um único acesso à BR-101.

Se hoje já existem nas vias marginais congestionamentos, o cidadão estressando-se porque não há acessos condizentes com o tamanho do

município, a pretexto de desafogar a BR-101, nós não podemos sacrificar o cidadão do município.

Em toda extensão de Palhoça, um município cortado pela BR-101, estamos vendo que o projeto da Polícia Rodoviária Federal e do DNIT é deixar aquele grande município com um único acesso. Hoje os moradores, os estudantes, os trabalhadores que saem pela manhã para ir ao serviço, para vir a Florianópolis ou para ir à faculdade estão encontrando as vias próximas à BR-101 totalmente congestionadas, e isso é inadmissível!

Em Balneário Camboriú foi preciso que os moradores trancassem a BR-101 e exigissem a abertura do acesso ao município para que houvesse um entendimento.

Ora, iria ficar um único acesso. Imaginem o dia em que houvesse um congestionamento ou um acidente de trânsito naquele acesso, o caos que se transformaria o município, as ruas próximas, e também a própria BR-101, porque o trânsito iria parar!

Em Palhoça ocorreria a mesma coisa. Infelizmente, a Polícia Rodoviária Federal, a pretexto de tornar rápida a BR-101, causaria um dano, um prejuízo muito grande à população do município.

Então, debatemos esse assunto com o vereador Zunga e ele vai apresentar a Moção n. 39/2013 na sessão da Câmara de Vereadores de Palhoça, pedindo uma mobilização buscando junto ao governo do estado e ao governo federal uma solução para essa questão.

Então, é necessário que todos nós nos mobilizemos em prol de tornar a qualidade de vida melhor para a população da Grande Florianópolis.

Enquanto o contorno viário, que já deveria ter sido iniciado, não ocorre, a população da Grande Florianópolis não pode ser penalizada por ações como essa de querer transformar a BR-101 mais rápida, mas, em contrapartida, engessando todo o sistema viário dos municípios de Florianópolis, São José e Palhoça.

Parabenizo o vereador Zunga pela mobilização em prol da população do município de Palhoça.

Vamos endossar e pedir o apoio desta Casa nessa questão que é muito importante para todo o cidadão. Precisamos nos habituar com uma nova realidade, com mais cautela no trânsito, despendendo tempo a mais no deslocamento para o trabalho, para a casa, e vice-versa.

Precisamos também da colaboração de quem administra esse trânsito para deixá-lo cada vez mais viável à população local. Aqui em Florianópolis o prefeito Cesar Souza adotou uma providência com referência à população de Coqueiros, quando os veículos que vinham da BR-101, através da via expressa, começaram a cortar pelo Abraão e vir por Coqueiros, transformando num caos para os moradores locais aquele acesso. Ele determinou que a Guarda Municipal trancasse aquele acesso na via expressa, próximo ao bairro Abraão, dando melhor qualidade de trânsito, de tranquilidade para o deslocamento da população, principalmente do Abraão e de Coqueiros, em direção ao centro da cidade.

Então, o administrador tem que ter essa sensibilidade. Fazer o trânsito fluir mais rapidamente, principalmente dando atenção especial ao morador das vias locais, das vias próximas as suas residências.

Apoiamos essa ação do prefeito Cesar Souza aqui na capital e as ações do vereador Zunga em benefício dos moradores de Palhoça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Aldo Schneider, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Obrigado! Gostaria de saudar o nosso presidente deputado Padre Pedro Baldissera, as sras. deputadas e os srs. deputados, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Digital.

É uma satisfação poder voltar à tribuna desta Casa para relatar a audiência pública ocorrida no

município de Santa Terezinha, na última sexta-feira, uma proposição do deputado Jailson Lima, juntamente com o deputado Antônio Aguiar e este deputado, e de toda a Bancada do PT, corroborando para que essa audiência pública se concretizasse através da comissão de Transporte, por delegação do nosso presidente, deputado Reno Caramori.

E naquela sexta-feira fomos ao distrito de Rio da Anta, no município de Santa Terezinha, que foi palco de discussão extremamente pertinente para toda a sociedade catarinense, em especial a sociedade de Itajaí e do Planalto Norte. Tivemos a participação de, mais ou menos, 500 a 400 pessoas, incluindo muitos prefeitos do planalto norte e do vale do Itajaí, vice-prefeitos, vereadores, ex-prefeitos, lideranças comunitárias, sindicais, comerciais. O que se discutiu naquele momento ali? Discutiu-se o alongamento e a possibilidade de o governo do estado de Santa Catarina, através da secretária de Infraestrutura, determinar a conclusão de um projeto de 14km da rodovia, da ponte do Ruthes até a SC-477, que liga Itaiópolis ao planalto norte.

Houve a participação de vários deputados, entre os já citados também o deputado Serafim Venzon. Ouvimos atentamente a manifestação das lideranças políticas, empresariais, sociais e agrícolas.

Logicamente, todos sabemos que o papel da Assembleia Legislativa, no que se refere às audiências públicas, é ouvir a comunidade. E a partir desse momento é preparar um relatório e ir ao Executivo estadual, através do departamento de Infraestrutura, através da secretaria de Infraestrutura, e também do gabinete do vice-governador e do governador, e reivindicar a solução daquilo que foi amplamente debatido na última sexta-feira, no município de Santa Terezinha.

Quero ressaltar que houve por parte da comunidade muita informação importante e pertinente ao projeto. Já estamos com 30km de projetos executados naquela estrada, faltando 14km para ligarmos Santa Terezinha à SC-477.

Após as discussões, formamos uma comissão de oito a dez pessoas com moradores da região, com lideranças que estavam participando daquele evento, e iremos marcar uma audiência com o secretário de Infraestrutura do governo de Santa Catarina, juntamente com o governador e com o vice, para levarmos o relatório dessa audiência pública e pedirmos providências para que se proceda à conclusão do projeto de engenharia desses 14km.

Por iniciativa do sr. governador, recentemente houve uma audiência liderada pelo presidente da Amavi, pelo próprio secretário de Infraestrutura, onde já pré-discutimos esse assunto. É um assunto que o governo de Santa Catarina vê com bons olhos, até porque quando olhamos o mapa de Santa Catarina, observamos que toda região do planalto norte tem um vazio no que se refere à pavimentação asfáltica, tem um vazio no que se refere a mobilidade, e tem um vazio no que se refere a desenvolvimento. E logicamente, nós, o governo, temos que ter um olhar diferente, principalmente para as regiões mais oprimidas do estado de Santa Catarina.

Como podemos falar em desenvolvimento, em qualidade de vida, em crescimento, se não dotarmos de infraestrutura esses bolsões de Santa Catarina? E infraestrutura básica e essencial para o desenvolvimento de qualquer região no mundo é através de estrada asfaltada, energia elétrica, água, telefonia, e é essa infraestrutura que nós estamos discutindo, iniciando pela nossa estrada. Até porque em termos de energia elétrica temos subestações da Celesc que atendem bem a região. No quesito água, temos condições de perfurar poços artesianos. Temos solução para a água. No quesito estrada, infelizmente, dependemos do governo no sentido de determinar a conclusão desses 14km do projeto, e logicamente, quem sabe, ainda, inserir no Pacto por Santa Catarina recursos para que possamos iniciar a obra ligando as regiões do planalto norte à região do vale do Itajaí.

Logicamente, todos sabemos que esse é um conclave da sociedade catarinense, é uma

reclamação de muitas décadas, mas também sabemos da dificuldade de qualquer governo, porque se fosse uma decisão simples, deputado Silvio Dreveck, com certeza os governadores que antecederam o governador Raimundo Colombo já a teriam tomado.

Sabemos da importância dessa estrada para o desenvolvimento do planalto norte, mas também sabemos que é uma estrada ligando duas regiões e que depende de muitos recursos, porque não é uma estrada que se faz com 20 milhões, com 30 milhões. É uma estrada que depende de muito dinheiro, mas o que importa neste momento é que o governo do estado está com um olhar diferente para aquela região oprimida em termos de desenvolvimento em Santa Catarina.

E nós, deputados, que representamos o norte, que representamos o vale, temos que nos juntar, temos que mostrar ao governador, mostrar a Santa Catarina que é possível, sim, buscarmos mais uma região de desenvolvimento através desta estrada, ligando essas duas regiões.

Então, quero parabenizar todos os deputados que comigo subscreveram a solicitação dessa audiência pública. Cumprimentar o deputado Reno Caramori, o deputado Jailson Lima, que presidiu a audiência, e tanto o deputado Jailson Lima como os deputados Serafim Venzon, Antônio Aguiar e este deputado tivemos condição de nos expressar sobre o compromisso que o governo do estado tem em levar o desenvolvimento às regiões.

Estamos sofrendo neste momento na região do vale de Itajaí pela desativação de alguns aviários, e a Tyson do Brasil, localizada em Itaiópolis, já assumiu uma boa parte deles. Mas, infelizmente, não temos condições de transportar a nossa produção. Sem esquecer que o governo anterior, de Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, juntamente com o secretário Mauro Mariani, deram os passos iniciais nos projetos de engenharia dessa estrada, prova disso é que já temos 30km prontos.

Obviamente nesses 14km restantes vamos ter alguns problemas ambientais. E não adianta neste

momento assumirmos o compromisso de que está resolvida aquela questão sem consultarmos os órgãos responsáveis.

Mas o que quero deixar registrado nos anais da Assembleia Legislativa, através desta tribuna, é que há boa vontade do sr. governador, do sr. vice-governador, do governo, dos deputados que representam essas regiões, de ligarmos o mais rápido possível o alto vale de Itajaí, o vale do Itajaí ao planalto norte, exatamente por entendermos que é mais um corredor de desenvolvimento, haja vista a grande área de terra que existe naquela região e poderíamos perfeitamente utilizá-la para a agricultura, como também levarmos para lá, quem sabe, um novo parque industrial de Santa Catarina. Só que para isso, claro, dependemos das questões básicas que já relatei.

Então, sr. presidente, seriam essas as minhas manifestações. Agradeço a todos que estão me ouvindo e quero dizer a você, catarinense que está nos assistindo pela TVAL, que uma das funções do parlamentar e do Parlamento Catarinense é ir até as comunidades de Santa Catarina para ouvir, e que através dessa mobilização é que as autoridades locais, juntamente com Assembleia, tomam as grandes decisões no sentido do desenvolvimento em todas as áreas governamentais.

Por isso, de forma especial, quero agradecer a todos que deixaram os seus afazeres naquele momento para se dirigirem até Rio das Antas, em Santa Terezinha, para assumir, acima de tudo, juntamente com a Assembleia Legislativa, o compromisso na solução desse problema.

Também não poderia deixar de citar aqui a participação efetiva da Câmara Municipal de Santa Terezinha, da Câmara Municipal de Rio do Campo e dos srs. prefeitos e vice-prefeitos dos respectivos municípios que fizeram a grande mobilização de todas aquelas autoridades que lá estavam para que pudéssemos extrair daquela audiência pública um documento. Esperamos que tão logo o sr. governador tenha acesso a essas informações, determine o término do contrato para

executar aquilo que está faltando e levar alento àquela região de Santa Catarina no que se refere a desenvolvimento.

Muito obrigado! Boa-tarde e um abraço a todos.
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Obrigado, deputado Aldo Schneider, líder do governo que se manifestou em nome do PMDB.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero registrar a presença do nosso querido e jovem prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis; também da bióloga Francieli, que trabalha com alguns projetos junto à prefeitura; do Ivan, que é coordenador de Urbanismo daquele município; e do vereador Alemão, que estão no visitando.

Quero agradecer a presença de todos e desejar-lhes boas-vindas a esta Casa.

Também temos a presença de toda a delegação de Santo Amaro, coordenados pelo presidente da Câmara de Vereadores, o Manoel. Queremos agradecer a presença. Queremos também registrar que não fomos a Santa Terezinha na audiência pública. Participamos da audiência pública em Criciúma sobre ICMS ecológico na sexta-feira. Mas estamos dando o nosso apoio, o nosso empenho àquela luta da população daquela região pela rodovia estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Na ausência de oradores do PSDB, o próximo horário pertence ao PT.

Coma palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os srs. deputados e a todos que nos acompanham.

Minha manifestação no dia de hoje refere-se a um tema muito importante que ganhou bastante força nos últimos anos, que é a infância brasileira. Cada vez mais o Brasil vem se preocupando com a infância brasileira. Temos uma dívida histórica. Somente na década de 90 conseguimos atingir a universalização do ensino fundamental. Porém, o tema da qualidade da educação ainda é bastante atual. Mas a sociedade vem percebendo que não basta ir à escola aos seis anos de idade. Precisamos cuidar bem e mais das nossas crianças pequenas. Cuidar desde cedo traz um significado extraordinário para a alfabetização, para o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento do ser humano como um todo. Ao invés de construirmos mais presídios - Santa Catarina precisa de cinco mil vagas - vamos construir mais creches. Lá nas creches os bebês aprenderão a socialização, a partilhar, a se alimentar adequadamente e estimulados a continuar num ambiente educativo.

As crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade do país. Por exemplo: Hoje no Brasil temos 29% da população vivendo em famílias pobres. Mas entre as crianças esse número chega a 45.6%. As crianças negras têm quase 70% mais chances de viver na pobreza do que as brancas. O mesmo pode ser observado para as crianças que vivem em áreas rurais. Na região do semi árido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% delas e dos adolescentes são classificados como pobres. Essas iniquidades são o maior obstáculo para o alcance dos objetivos e desenvolvimento do país.

O Brasil está no rumo de alcançar o objetivo quatro do desenvolvimento do milênio, que trata da redução da mortalidade infantil. O país fez grandes avanços. A taxa da mortalidade infantil caiu de 47 por 1.000 em 90 para 19 por 1.000 em 2008. Contudo as disparidades continuam. As crianças pobres têm mais do que o dobro de chance de morrer em comparação às crianças ricas, e as crianças negras 50% a mais em relação às brancas.

Aproximadamente uma em cada quatro crianças de quatro a seis anos está fora da escola; 64% das

crianças pobres não vão à escola durante a infância. A desnutrição entre crianças menores de um ano diminuiu em mais de 60% nos últimos cinco anos. Mas ainda temos cerca de 60 mil crianças com menos de um ano desnutridas. O Brasil tem 21 milhões de adolescentes com idade entre 12 e 17 anos. De cada cem estudantes que entram no ensino fundamental, apenas 59 terminam a 8ª série e apenas 40 o ensino médio.

A evasão escolar e a falta de aulas ocorrem por diferentes razões, incluindo violência e gravidez na adolescência. O país registra anualmente o nascimento de 300 mil crianças que são filhos e filhas de mães adolescentes.

As crianças e os adolescentes são especialmente afetados pela violência. Mesmo com os esforços do governo brasileiro e da sociedade em geral para enfrentar o problema, as estatísticas ainda apontam um cenário desolador em relação à violência contra crianças e adolescentes. A cada dia, 129 casos de violência psicológica e física, incluindo a sexual, e negligência contra crianças e adolescentes são reportados em média ao Disque Denúncia 100.

Isso quer dizer que, a cada hora, cinco casos de violência contra meninas e meninos são registrados no país. Esse quadro pode ser ainda mais grave se levarmos em consideração que muitos desses crimes nunca chegam a ser denunciados.

O governo brasileiro, em especial do presidente Lula e agora da presidente Dilma, estão construindo várias ações positivas: o Bolsa Família; o Proinfância, que constrói creches; a elevação do salário mínimo; o Mais Médicos; o Minha Casa Minha Vida; todas ações de impacto positivo na vida das famílias, e portanto no cuidado da infância.

Importante dizer que até 2016 será obrigatório que crianças de 4 e 5 anos sejam matriculadas pelos pais. Hoje já temos 80% de crianças de 4 e 5 anos nas escolas sendo cuidadas e educadas. Mas temos que atingir 100% até 2016. E o Plano Nacional de Educação que temos a perspectiva de aprovar até dezembro deste ano no Congresso

Nacional, estima a garantia de 50% das crianças de zero a 3 anos serem atendidas até 2020. Entre todas essas metas, temos também o Brasil Carinhoso, cujo objetivo é cuidar das crianças mais pobres e carentes.

Mas quero destacar, além desse belíssimo exemplo do governo federal, vários exemplos que temos encontrado nas prefeituras deste país. Recentemente estive no município de Saudades.

O município de Saudades tem 9.016 habitantes. Naquela ocasião, vários parlamentares, de vários partidos, puderam presenciar o lançamento de um programa maravilhoso, o programa Primeiros Passos. Essa sacola que tenho aqui representa o programa que foi lançado em Saudades. Vejam o que temos de riqueza nesta prefeitura: acompanhamento de gestantes, das crianças do primeiro ano até o décimo ano de vida; qualificação e valorização dos profissionais; déficit zero de vagas na educação infantil, ou seja, atendimento no município de Saudades em creches; integração com todas as famílias urbanas e rurais.

Quais as ações: três consultas a nutricionistas durante o pré-natal, acompanhamento pós-parto, nas creches, pré-escola e escolas, atendimento de nutricionistas, dentistas, enfermeiros, psicólogos, oficinas, 12 horas de atendimento nas creches e unidades básicas de saúde, seis refeições diárias, 190 profissionais e 818 crianças.

É coisa de outro mundo. Município de Saudades, 12h em atendimento de creches e unidades básicas de saúde. Não quer dizer com isso, deputado Dirceu Dresch, que uma criança precise ficar 12h, mas a creche vai ofertar esse período de atendimento profissionalizado e seis refeições diárias para essas crianças; 190 profissionais envolvidos e 818 crianças atingidas.

Quero aqui enaltecer esse programa como professora, mãe, e como quem acredita e luta para que a infância seja bem cuidada para este país ter futuro.

A administração municipal de Saudades dá, sim, os primeiros passos na garantia dos cuidados e

proteção à infância, um exemplo que precisa ser seguido pelo país afora.

Neste momento, quero mostrar o que tem nessa sacola, que fez parte do lançamento do programa. Todas as mães grávidas ganharam um enxoval completo do programa Primeiro Passos.

(Procede-se à mostra dos itens.)

Os pais ganharam uma mudinha de árvore. Vejam como é bonito isso para envolver o pai, a mãe no crescimento das crianças, e também no acompanhamento à vida e à preservação do nosso mundo. Um programa que precisa ser parabenizado, copiado e elogiado. Parabéns ao prefeito Daniel, sua esposa, Liliane, e toda equipe de governo.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, quero registrar a presença aqui, na Casa Legislativa, dos vereadores de Santo Amaro da Imperatriz: Wanderlei Carpes Júnior, Manoel Eugênio Bossle, Odir Solano Folster, Adailton Machado, Leopoldo Bruggemann, João Gabriel Abreu e Valdir Pedro da Silva; e ainda nosso companheiro de partido, Alfredo Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e visitantes.

Quero, inicialmente, agradecer à professora Jerusa Romão, que me visitou na semana passada e trouxe um exemplar do livro de sua autoria, *Africanidade Catarinense*, que conta a história de

vários ícones da raça negra no estado de Santa Catarina e suas contribuições culturais. Assim, a referida professora, que conheci depois de assumir como deputado estadual, tornou-se minha amiga e uma referência para mim como já o era para todo movimento negro de Santa Catarina.

Portanto, o meu agradecimento à professora Jerusa Romão e solicito ao estado que adquira esses livros, como já o fez, para distribuir às escolas estaduais, municipais e às universidades para que eles tenham conhecimento das pessoas que contribuem e contribuíram para a cultura catarinense da raça negra.

Quero também, sr. presidente, falar sobre algo que vem tirando o sono dos moradores de Joinville, especialmente da zona sul, em Paranaguamirim, que é o bairro onde moro, sobre a questão da insegurança que vem acontecendo em nossas cidades. Isso não acontece somente em Joinville, mas no estado e no país inteiro.

Mas quero citar o caso do comerciante, que representa um entre tantos cidadãos que a cada dia vêm sendo vítimas de assaltos à mão armada e arrombamentos em seus estabelecimentos comerciais, o Haley Michels, que teve seu comércio assaltado várias vezes.

Na primeira vez o assaltante entrou durante a tarde no seu comércio e com uma faca ameaçou sua filha, e levou o dinheiro do caixa. Mas não conseguiram pegá-lo.

Na segunda vez, de madrugada, os bandidos quebraram o vidro da loja, que tinha alarme, entraram e levaram 100 calças. Chamaram a Polícia, foram atrás, e no outro dia recuperaram 60 calças. Prenderam o bandido, que dois dias depois estava solto e ameaçando agredi-lo.

Na terceira vez, aquele bandido que não conseguiram pegar da primeira vez, entrou na loja novamente, apontou uma arma para a cabeça do comerciante e mais uma vez levou dinheiro do caixa.

Então, com esse exemplo quero dizer que o governo do estado está fazendo sua parte colocando mais de cem câmeras de vigilância em Joinville,

mas é preciso mais efetivo policial, um policiamento mais ostensivo da Polícia Militar não só no centro de Joinville, mas nos bairros também, porque cada bairro da cidade tornou-se um minicentro e necessita dessa vigilância.

A Polícia Militar tem feito seu trabalho, seu papel arduamente, mas é necessário que o governo do estado ajude também na questão do envio de mais efetivo, de viaturas em condições de fazer essa ronda mais ostensiva, deputado Sargento Amauri Soares, para que realmente os moradores de Joinville e de todo estado possam ter um pouco mais de segurança.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSOL.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente, tinha outro assunto preparado para o debate, deputado Sandro Silva, mas quero entrar nesta questão da segurança, que de fato é motivo de desespero, especialmente nos bairros populares das grandes cidades, e no meio rural também já é um problema bastante grave. O próprio deputado Dirceu Dresch trouxe a esta Casa a situação de Saudades no começo deste ano, e agora na cidade de Quilombo houve uma situação parecida.

V.Exa. traz um caso específico que nos faz recordar diversos de natureza semelhante aqui na Grande Florianópolis também. E eu queria trazer para uma reflexão, não sei nem se devo, por uma questão até de não expor pessoas e questões.

Fui a um enterro sábado à tarde, deputados Altair Guidi e Luciane Carminatti, de um jovem de 16 anos de idade. Ele tinha sido morto quando realizava um assalto na madrugada daquele dia na Grande Florianópolis. E é evidente que se eu fui

ao enterro é porque tenho uma relação de proximidade com a mãe dele.

Dezesseis anos de idade com cinquenta e poucas passagens pela Polícia; 16 anos de idade e assassinado quando foi fazer um assalto justamente num local onde estava um policial, evidentemente que fora do horário de serviço, confraternizando com amigos. E esse policial usou o que tinha e matou esse jovem que estava armado. Um jovem de 16 anos cuja mãe tinha ido várias vezes ao Conselho Tutelar pedir socorro! A mãe tinha ido ao Juizado de Menores pedir ao juiz que determinasse a sua internação.

Veja a situação a que chegou essa mãe, deputada Luciane Carminatti - v.exa. que é mãe três vezes, eu sou pai também, e creio que todos os deputados aqui têm filhos ou filhas e alguns netos, inclusive -, que foi ao juiz pedir a ele que recolhesse o seu filho e ele não o fez porque não há abrigo para recolhimento de menor em São José. Existe o Pliat na Agrônômica, mas é o único na Grande Florianópolis. Então, o próprio juiz não tinha nada a fazer. Os próprios pais e mães não têm nada a fazer, a não ser esperar chegar o dia fatal da notícia de que o filho foi morto ou que matou alguém porque daí, nessa situação, se faz alguma coisa.

Esse é o drama que a nossa sociedade passa, e com a ausência, evidentemente, do estado, com a ausência do poder público no local necessário, ela está vivendo esse drama e essa proximidade cada vez maior da barbárie. Essa é uma situação que precisa ser refletida, e a sério, não apenas como uma frase mais bonita e mais fácil de encontrar e colocar num programa de governo e muito menos como forma de ir empurrando com a barriga o problema com números e dizer que instalamos câmeras, contratamos mais policiais, que são insuficientes, compramos viaturas, compramos equipamentos, compramos armamentos, vamos construir mais uma penitenciária.

Se tudo isso é necessário, é preciso que a sociedade reflita sobre uma solução efetiva para o problema crescente da marginalidade, do ingresso

da juventude, inclusive da infância, no mundo da drogadição e no mundo do crime, que é uma forma de sustentar a drogadição.

Se nós, a sociedade inteira, os partidos, todos eles, não refletirmos uma forma efetivamente capaz de começar a reverter esse quadro, a barbárie tomará conta e serão dizimadas, com uma proporção cada vez maior, as futuras gerações que precisam tocar este país, a sociedade e a humanidade para frente.

É lamentável a situação que vivemos. É preciso uma política séria na área da segurança pública que atenda, que aborde a questão de forma abrangente, de forma ampla, de forma integral, passando pela educação, pela assistência, pelo acolhimento, pela construção de creches, pelo apoio a pais e mães, pela assistência social, pela psicologia, pelos psicólogos.

É preciso uma política multidisciplinar para resolver o problema cada vez mais grave da falta de segurança. É preciso uma política multidisciplinar para resolver os problemas de saúde, e não uma MP n. 192, que foi aprovada aqui na semana passada. E era disto que eu iria falar: o governo pensando que vai melhorar a saúde pública dando gratificação exclusiva para médicos e gestores. Não vai melhorar! Vai somente criar índices e estatística para dizer que está fazendo. Na prática não vai melhorar por esse caminho.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0438/2013 e 0495/2013.

Comunica, outrossim, que a comissão de Agricultura e Política Rural apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0277/2013.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0699/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer e

outros; 0700/2013, de autoria do deputado Sandro Silva; 0701/2013 e 0702/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0703/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0704/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0705/2013, 0706/2013, 0707/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0708/2013, 0709/2013, 0710/2013, 0711/2013, 0712/2013, 0713/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0714/2013 e 0715/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck.

Comunica, ainda, que defere os Requerimentos n.s: 1.120/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 1.121/2013 e 1.122/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 1.123/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 1.125/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 1.126/2013 e 1.127/2013 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.128/2013, 1.129/2013 e 1.130/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Pedido de Informação n. 0098/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes aos valores nominais das dívidas das empresas de transporte coletivo de passageiros com o Deter.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 099/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre as empresas beneficiadas com incentivos fiscais, por meio do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - Prodec -, no período compreendido entre 1988 e 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passamos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero apenas fazer uma colocação em nome do deputado Aldo Schneider, líder do governo. Na última semana fizemos um acordo que até quarta-feira última, nosso governador do estado estaria dando uma posição final com relação às militares mulheres que passaram no concurso e que não foram ainda chamadas.

Eu e a deputada Dirce Heiderscheidt fizemos uma reunião com o governador e o acordo foi de que até na quarta-feira, final da noite, teríamos a resposta. Pois bem, aguardei quinta-feira e sexta-feira, a promessa veio na segunda-feira. Agora, a última informação é que amanhã teremos a resposta.

Quero insistir nisso deputado, é uma preocupação de vários parlamentares da base do governo também, mas as mulheres estão muito ansiosas porque a academia está andando e elas perdendo esse período. E o governo mostra-se bastante sensível.

Então, quero reiterar esse nosso pedido.

O Sr. Deputado Deputado Aldo Schneider- Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Inicialmente sra. deputada, acho extremamente louvável a atuação de v.exa., juntamente com a deputada Dirce Heiderscheidt, diretamente com o sr. governador, sobre o pleito das policiais militares.

Mas fui pego de surpresa porque não estava sabendo que v.exas. tinham audiência com o governador, que iriam tratar com o governador.

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Desculpe-me, deputado.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Infelizmente, ainda não tenho uma bola de cristal para poder adivinhar e dar respostas aos meus colegas deputados.

Mas vou fazer contato com o governador, e quem sabe acelerar essa resposta. Até porque desconheço esse assunto.

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Deputado Aldo Schneider, se trata na verdade do chamamento do concurso. Nós não tínhamos agenda com o governador. Nós fomos intrometidas mesmo. Fomos conversar e...

O Sr. Deputado Aldo Schneider- Com certeza falaremos com o governador e vamos tentar o retorno o mais rápido possível.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário destinado aos Partidos Políticos
Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.
Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Quero registrar que na sexta-feira, dia 18, o prefeito Udo Döhler assinou um contrato, por intermédio da secretaria de Habitação e Assistência Social, com o governo do estado para desenvolver o programa Lar Legal.

É um programa que vai desenvolver ações integradas para tomar medidas administrativas e

judiciais para regularização fundiária no município de Joinville.

No município de Joinville temos aproximadamente 40 de imóveis que estão assentados de forma irregular.

Então, num acordo entre prefeitura municipal, através de sua secretaria de Habitação e o governo do estado, através da secretaria de Assistência Social, será formada uma grande força tarefa para que os imóveis irregulares da cidade sejam regularizados e que as pessoas que hoje moram em situação irregular, que não têm o seu título de posse, passem a tê-lo. Através desse convênio, desse credenciamento da prefeitura junto ao governo do estado, as pessoas terão o seu título de posse do terreno podendo, deputado Darci de Matos, contrair financiamentos, dar nome à sua rua, e fazer reformas nas suas casas também.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

Sei que v.exa. participou, na sua região, no Paranaguamirim, onde mora, apesar de que a sua região é toda cidade, de uma reunião com o prefeito Udo Döhler, tratando da regularização fundiária de algumas comunidades, e esta reunião foi muito importante. Infelizmente, não pude estar presente. Mas como v.exa. colocou, existem outros bairros com inúmeros loteamentos irregulares e pessoas que não têm o seu título, não têm o seu endereço, não têm a sua rua.

Então, essa ação que a prefeitura está coordenando com a secretaria da Habitação, com o Ippuj, e com a participação de v.exa., com quem gostaria de me associar a este trabalho, com certeza vamos dar dignidade e cidadania a centenas ou milhares de famílias joinvilenses, regularizando o seu lote, a sua casa.

Parabéns por levantar este tema, deputado Sandro Silva.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Nós temos um caso emblemático lá em Joinville, v.exa. conhece, que é o loteamento Juquiá, onde existem centenas de famílias morando, que não têm possibilidade de conseguir energia, de conseguir água, de conseguir regularizar os seus imóveis.

Quero também registrar, sr. presidente, que Joinville receberá mais de R\$ 8 milhões do Fundam, que serão investidos em infraestrutura. Então, o prefeito Udo Döhler investirá esses R\$ 8 milhões em quatro eixos viários de Joinville, e um deles, que vai custar R\$ 940 mil, será a construção ou a implantação de um binário entre a rua Major Gercino e Átila Urban e Rio Velho, lá no Paranaguamirim.

Este deputado conseguiu com o governo do estado R\$ 750 mil para que essa obra fosse implementada, o que vai possibilitar, através da pavimentação do Rio do Morro, maior mobilidade aos automóveis. A partir do momento em que a estrada do Rio do Morro estiver pavimentada, dará maior fluxo aos veículos naquela região do Paranaguamirim, e a implantação do binário vem de encontro a isso, contribuindo com a fluidez dos veículos.

Por isso, o nosso agradecimento ao governo do estado e também ao prefeito Udo Döhler por atender este pedido, para que realmente esta obra tão importante para a região sul de Joinville seja implementada.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Maurício Eskudlark, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Eu conversava com as deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti, que estão muito empenhadas na questão das mulheres aprovadas no concurso da Polícia Militar, assim como todos os deputados, querendo fazer justiça a essas 211 que conseguiram aprovação, passaram em todas as etapas do concurso, e que estão pleiteando a nomeação

imediate ante o não preenchimento das vagas pelos candidatos homens. Ficaram 258 vagas em aberto nos candidatos homens e 211 mulheres conseguiram aprovação.

Juntamente com todos os deputados e deputadas, mantivemos contato com o governador Raimundo Colombo, com o procurador-geral do estado, com o secretário de Segurança, e segundo palavras do procurador, essas aprovadas têm precedência no chamamento do concurso a quaisquer outras que venham a ser aprovadas ou que venham a fazer concurso.

Queremos resolver esta questão, e esperamos que no decorrer desta semana possamos fazer um encaminhamento junto ao governo na busca de uma solução. Já que o estado de Santa Catarina clama por segurança pública e por mais efetivo, assim como todo o país, com mais mulheres policiais teremos melhores condições de prestar segurança pública aos cidadãos.

Então, há um empenho de todos os deputados nesta questão.

Quero registrar o e-mail que recebi de minha colega delegada de Polícia, Fedra Luciana Konell Alcântara da Silva:

(Passa a ler.)

"Boa-tarde, Maurício!

Espero encontrá-lo com saúde e paz!

Abaixo, encaminho matéria do *Diário Catarinense* a respeito de um transporte de órgão realizado pelo SAER que, graças a Deus, à determinação e coragem do comandante Djalma salvaram a vida de uma mãe de família na última sexta-feira. A notícia foi veiculada nos principais jornais do estado e repercutiu ainda hoje no *Diário Catarinense*.

Diante da mídia positiva que enobrece a nossa instituição e, em especial, o orgulho que nessas horas sentimos de sermos delegados de Polícia, acredito que o assunto mereça as suas considerações no plenário da Assembleia Legislativa, também como forma de reconhecimento à dedicação e ao engajamento do delegado Djalma na

função policial de 22 anos de trabalho na Polícia Civil.

Até a última sexta-feira, ele falava diariamente em aposentar-se. Para minha alegria, desde o episódio, acabou mudando de ideia, pois a vida encarregou-se de mostrar-lhe o quanto é útil a nossa gente.

Um forte abraço e obrigada.

Fedra L. Konell A. da Silva"

A delegada Fedra é casada com o delegado Djalma, comandante do Serviço Aerotático da Polícia Civil, que ajuda em muitas operações de segurança no estado de Santa Catarina, e também participa de outras ações. E na última sexta-feira, foi possível transplantar um coração graças ao transporte do Serviço Aerotático de Joinville para o hospital de Blumenau. O período máximo que um coração aguenta até o transplante são quatro horas.

O tempo estava bastante nebuloso, mas mesmo assim o comandante Djalma aceitou a missão, levou o coração e dois médicos no helicóptero em direção a Blumenau. Para maior segurança, solicitou uma ambulância em Blumenau para ir ao seu encontro, caso não conseguisse fazer todo o trajeto. E foi o que ocorreu, pois precisou fazer a aterrissagem num posto na BR-101, onde pediu ajuda ao gerente que de imediato se prontificou a levar no carro dele os médicos e o coração até Blumenau. E enquanto preparava o carro, o gerente do posto falou que a esposa de um funcionário do posto estava aguardando o transplante.

Veja a coincidência, obra de Deus, a pessoa que estava aguardando o transplante era esposa do funcionário daquele posto onde o helicóptero teve que aterrissar em razão do mau tempo. E no trajeto para o hospital de Blumenau, encontraram a ambulância e levaram o coração para ser transplantado.

Obviamente, o comandante ficou preocupado querendo saber se tinha dado tudo certo, se aquela operação tinha salvado uma vida ou não. No outro dia recebeu uma mensagem: "Bom-dia, comandante Djalma, a paciente que transplantei o coração

ontem já está acordada da anestesia e tomou um leve café na UTI, sentada no leito. Parabéns pelo esforço." A mensagem foi enviada pelo médico Frederico que fez o transplante desse coração.

Parabéns ao comandante, parabéns ao SAER que além das operações, das missões de segurança pública, também faz essas operações humanitárias ajudando em questões de saúde. Nós sabemos que muitas vezes o serviço de transplante, os médicos do estado acabam acionando o helicóptero da Polícia Civil e a equipe tem-se deslocado para fazer esses atendimentos.

Queremos parabenizar, mais uma vez, o comandante Djalma Alcântara da Silva, delegado de Polícia e coordenador do SAER, que proporcionou esse transporte ajudando o dr. Frederico a fazer esse transplante com sucesso, salvando mais uma vida.

A alegria que um servidor da segurança tem de ajudar uma família, de salvar uma vida é algo impossível de descrever, não tem dinheiro que pague, porque trabalhar na segurança pública, assim como na saúde, é fundamental.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Agradeço a todos que nos acompanham, srs. deputados, sras. deputadas.

Quero hoje aproveitar para falar de um momento especial que as nossas prefeituras municipais vivem. Mas antes disso não posso deixar de registrar nossas ações deste final de semana, especialmente na última sexta-feira e na segunda-feira. Tivemos uma bela audiência pública na prefeitura municipal de Criciúma que tratou do ICMS ecológico. Foi uma audiência pública com muitos debates sobre o tema, uma participação importante das lideranças dos municípios, assessores da área contábil da Fazenda municipal, quatro prefeitos e vários vice-prefeitos daquela região.

Então, foi uma atividade extraordinária. Tivemos bons debates. Conseguimos tirar encaminhamentos muito positivos porque os municípios estão preocupados com ações de sustentabilidade. Muitos municípios já têm áreas preservadas, os *canyons*. Portanto, querem contribuir com o projeto.

Além disso, quero registrar a realização de uma audiência pública na sexta-feira pela manhã, em Santa Terezinha, na qual não pudemos estar presentes. Mas estamos junto com os agricultores dos municípios da região e, inclusive, assinamos também o requerimento. Não pudemos comparecer, mas estivemos lá representados, apoiando. Há pouco estivemos conversando com o prefeito Rodrigo, de Rio do Campo, e assumimos com ele, bem como com todos os prefeitos da região, com os agricultores, com as entidades, a luta pelo asfaltamento da rodovia estadual ligando o alto vale com o planalto norte.

Gostaria de registrar também que ontem realizamos uma visita a dois investimentos importantes em Xanxerê. Fizemos uma visita ao terreno onde será instalada a Conab. Felizmente, o governo federal está retomando o investimento na armazenagem de grãos para os agricultores, criadores de suínos, de aves, de leite. Então, Xanxerê será sede de um grande armazém da Conab. O terreno está sendo repassado pela Cooperativa Alfa ao município, e será colocado à disposição da Conab para que seja construída a estrutura.

Estivemos visitando aquele espaço e também as obras da BR-282, que estão paradas. Infelizmente, a empresa quebrou, não deu conta do contrato e tiveram que fazer uma nova licitação. Está em processo de abertura a licitação para o início de novembro, e a expectativa da população é de que a empresa vencedora faça a obra o mais rápido possível porque é uma necessidade de toda a região, especialmente de Xanxerê.

Gostaria ainda de falar de um evento que vai marcar a história do oeste catarinense neste final de semana. Trata-se da entrega de máquinas para os municípios. Há uma grande expectativa. A grande

maioria dos municípios já recebeu as retroescavadeiras. E, na sexta-feira e no sábado, mais 86 retroescavadeiras serão entregues em Concórdia, Pinhalzinho e Maravilha, dos 269 municípios com menos de 50 mil habitantes que recebem esse maquinário.

Também no extremo oeste teremos o início da entrega das motoniveladoras, as populares patrôas. Serão as primeiras 50 motoniveladoras dos 269 municípios que vão receber essas máquinas. E mais no final do ano serão entregues as caçambas. São três equipamentos entregues a cada município. Quero destacar que esse recurso é do PAC 2, do governo federal, totalmente a fundo perdido. Os municípios não precisam dar contrapartida. Se cada município fosse hoje adquirir esses equipamentos, gastaria em torno de R\$ 2 milhões.

Quero destacar a fala da única prefeita do PT, do município de Ouro Verde, que dizia que tem uma máquina, uma patrôa com mais ou menos 40 anos que está sempre na oficina e o município, pequeno, não tem condições de comprar uma máquina dessas. O interior e os agricultores precisam e têm o direito de ter uma estrada de qualidade.

Então, esse programa do governo federal que a presidente Dilma Rousseff criou no Brasil todo, via ministério de Desenvolvimento Agrário - que foi uma luta dos prefeitos e prefeitas, mas em especial das organizações dos agricultores do Brasil -, têm a função especial de cuidar das estradas do interior e assim os produtores poderem escoar sua produção, adquirir carros de melhor qualidade e também para as crianças irem para as escolas. Existem municípios em Santa Catarina que no inverno as crianças ficam, às vezes, de uma a duas semanas sem aula porque não tem como o ônibus transitar pelas estradas do interior.

Queremos registrar mais uma vez e agradecer esse empenho da presidente Dilma Rousseff, em fazer esses investimentos para os municípios. Isso é um direito dos municípios receber esses recursos, os benefícios dos impostos que pagam.

Mas a pergunta é a seguinte: como isso antes não era feito, e agora conseguimos esses recursos para a armazenagem, como citei? Infelizmente, o Brasil privatizou 50 armazéns públicos e, hoje, temos 32 armazéns; aqui em Santa Catarina temos somente dois, um em São José e outro em Herval D'Oeste, pequeno armazém, e o governo reconstrói esses armazéns.

A mesma questão é esse maquinário que está vindo para os municípios. Nós já tivemos o maquinário da pesca, temos licitados mais 1.400 kits, que é um trator de esteira e uma retroescavadeira giratória sobre esteira para fazer programa de açudagem para os municípios, e um bom número de municípios de Santa Catarina receberão essas máquinas. Assim, receberão patrola, motoniveladora, retroescavadeira, caçamba e vários municípios do estado receberão um trator esteira e uma máquina giratória do ministério da Pesca e Aquicultura.

Então, isso representa uma nova perspectiva de desenvolvimento para os municípios do Brasil e do nosso estado catarinense. Por isso, estamos felizes e estaremos acompanhando essa agenda do ministro Pepe Vargas e de outras lideranças, que estarão participando desses atos junto com os prefeitos municipais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados.

Gostaria de, na tarde de hoje, trazer presente que em contato com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, João José dos Santos, depois de termos feito uma reunião extremamente positiva e esclarecedora no que diz respeito às desapropriações e indenizações da BR-163, que liga São Miguel do Oeste até o município de Dionísio Cerqueira, iniciamos uma discussão tendo em vista o encaminhamento do governo do estado a esta Casa,

que trata da federalização do trecho que liga São Miguel do Oeste a Itapiranga.

Então, queremos iniciar todo esse processo de diálogos, de conversas, até mesmo no sentido de ouvir as lideranças ligadas aos diferentes municípios visando contribuir para que todo esse processo seja melhor.

Além disso, quero registrar que na manhã de hoje realizamos uma audiência extremamente positiva junto à corregedoria-geral do Ministério Público Estadual, na pessoa da corregedora-geral, procuradora da Justiça Gladys Afonso, que estava assessorada pela procuradora Amélia, juntamente com um grupo de pessoas ligadas à hidrelétrica Garibaldi, situada no planalto serrano, no município de Abdon Batista e que liga outros municípios, e estava acompanhado de pessoas atingidas pelo alagamento, que perfazem mais de duzentas famílias, juntamente com o bispo Irineu, numa audiência que nossa equipe procurou levar informações fidedignas, ou seja, a realidade vivida, enfrentada por todas essas pessoas cujos direitos não foram respeitados.

Srs. deputados, essas famílias estão acampadas há mais de 70 dias na região de Abdon Batista, mas infelizmente as coisas não estão andando, estão truncadas. Não dá para admitir ou permitir que 200 famílias sejam expulsas de suas terras, onde foi construída a barragem e o lago tomou conta, e que não tenham ninguém para ouvi-las ou lutar por elas.

Houve, recentemente, uma audiência com o Ministério Público Federal, ocasião em que foi relatada toda essa situação. O Ministério Público Federal foi até o local ouvir as famílias que estão acampadas sem ter onde reclinar a sua cabeça, as águas tomaram conta de suas propriedades, de suas residências, foram lá para ouvir, mas como se encaminhou ao Conselho Superior do Ministério Público que em sessão vai definir o acordo estabelecido das partes interessadas, que são as famílias atingidas, não houve uma representação legal dessas famílias. Não sei que

acordo é esse, onde foi construído esse acordo, se não há efetivamente a participação dos atingidos.

Quero aqui parabenizar a corregedora-geral, procuradora de Justiça, dra. Gladys, e a procuradora Amélia, pela forma atenciosa que têm ouvido toda a comissão e orientado alguns procedimentos que deverão ser feitos agora, nos primeiros dias, sensibilizadas pela problemática enfrentada e vivida por aquelas famílias.

Tenho ido várias vezes até o local, acompanhado de perto e quero aqui dizer que o limite já chegou, as famílias já não aguentam mais; famílias estão enfrentando problemas de depressão por causa dessa realidade, dessa situação ao verem seu espaço que há 70 anos, 80 anos, 100 anos vivem lá sem nada!

Infelizmente, deputado Sargento Amauri Soares, mais uma vez o capital manda, domina, pisoteia, massacra e não está nem aí com a dignidade e a vida das pessoas! Tudo em nome do capital, tudo por causa do capital. Se a empresa dá tanto lucro, como que não há recurso, dinheiro para indenizar aquelas famílias?!

Então, está-se chegando ao limite e não sabemos as consequências disso tudo, no que vai dar. As famílias estão extremamente desesperadas. Crianças fora de aula porque não têm como chegar até a escola, não há como transportá-las! É o caos que se vive naquela região.

Portanto, mais uma vez, quero agradecer à corregedoria-geral, na pessoa de Gladys Afonso e da procuradora, pela forma respeitosa e atenta com que receberam aquelas pessoas, sendo que passaram basicamente duas horas documentando e ouvindo os depoimentos daquelas pessoas que representam todas aquelas famílias. E, ao mesmo tempo, também gostaria de agradecer pela orientação que tem passado aos atingidos.

Esperamos poder minimizar a situação violenta de injustiça enfrentada por aquelas famílias e que possamos fazer um pouco de justiça àquelas pessoas desapropriadas e expulsas de seu chão, de sua terra.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) -
Não havendo mais oradores inscritos, livre a
palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra,
esta Presidência, antes de encerrar a presente
sessão, convoca outra, especial, para hoje, às
19h, em homenagem ao Sescon da Grande
Florianópolis, pela passagem dos 25 anos de
fundação.

Está encerrada a presente sessão.